Dezembro 2018 Ano XXVIII Edição 292

CONDSEF SINTSEF CUT 29 ANOS

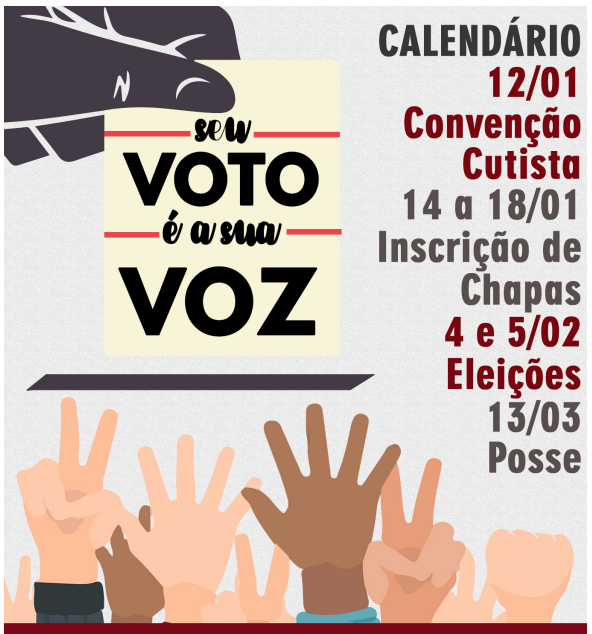
SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO CEARÁ | *Fundado em 16/04/1989, no 1º Congresso Estadual da Categoria*

12º CONGRESSO REAFIRMA LUTA POR DIREITOS E DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO

Realizado entre o primeiro e o segundo turno das eleições, o momento promoveu uma importante reflexão sobre a tarefa que a luta sindical ocupará no próximo período. Pág 5

Foto: Adélia Farias

Servidores afirmam que vão resistir à extinção do Ministério do Trabalho. Pág 6



CALENDÁRIO
12/01 Convenção Cutista
14 a 18/01 Inscrição de Chapas
4 e 5/02 Eleições
13/03 Posse

ELEIÇÕES SINTSEF 2019

Sintsef/CE se prepara para escolher a direção que enfrentará o novo governo. A primeira agenda do caledário eleitoral será a Convenção Cutista para definir a chapa do campo da CUT que concorrerá as eleições. Todos os filiados podem votar. Participe! Pág 4

Em pauta

Falta de investimentos em servidores e nos serviços públicos deve criar caos no atendimento a população. Pág 5

Sindical

Sintsef/CE conquista redução de carga horária para empregado da Ebserh que é pai de criança autista. Pág 5

Jurídico

Quero me aposentar. O quê preciso saber? Saiba quais as leis de amparo, requisitos e alertas para o servidor que deseja se aposentar. Pág 7

"A esperança é uma arma poderosa e nenhum poder no mundo pode privar-te dela."

Com as palavras de Nelson Mandela o Sintsef/CE deseja a filiadas e filiados um **Feliz 2019!**

editorial

EXPEDIENTE

O Jornal do SINTSEF/CE é uma publicação de responsabilidade da Direção Colegiada do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará.

DIREÇÃO COLEGIADA

Coordenação Geral
Adriano Duarte Fernandes e Roberto Luque de Sousa;

Coordenação Jurídica
Ednir Alberto de Carvalho Lima, José Arteiro da Silveira e Luis Carlos de Alencar Macêdo;

Coordenação de Comunicação
José Artur Camurça Torres, Flávia Teixeira Sabóia e Lucy Mary Gomes Matos;

Coordenação de Formação Política
Anna Lúcia Costa Oliveira, José Afonso Barbosa da Costa e José Rotielio e Silva;

Coordenação de Finanças
Aluisio Bastos Pereira e Raimundo Nonato Costa Júnior;

Coordenação Sócio-cultural e Movimentos Populares
Francisco José Alexandre Sousa, José Murilo Maciano e Jucilene Viana de Souza;

Coordenação de Aposentados e Pensionistas
Carlos Eugênio Pereira Soares, Hervalino da Silva Moreira e Maria Conceição Araújo Moreira;

Coordenação Administrativa
José Amorim Neto, José Helio Alves de Araújo e Sandra Lúcia da Silva Mota;

Coordenação de Org. e Sindicalização
Francisco Teles da Silva, José Eugênio Tavares Barbosa e José Zezito dos Santos;

Coordenação de Saúde do Trabalhador
Francisco Fláviо Inácio de Lima e José de Assis.

CONSELHO FISCAL

Benedito Batista de Holanda, Francisco Germano Moreira, Francisca Ivoneide Cunha Costa, Geraldo Pereira da Costa, José Carlos de Oliveira Melo, Liduina Ferreira dos Santos, Mozart Ramos de Abreu Filho, Pedro Jorge Guedes Barroso.

Jornalista responsável e diagramação
Camila Garcia (MT 3357 CE)

Estagiária de jornalismo
Adélia Farias

Tiragem 10 mil exemplares
Impressão: Expressão Gráfica
As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores.
Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará - Rua 24 de Maio, 1201. Centro. Cep: 60.020-000 Fortaleza-CE - Fone:3255.7300

JUNTOS! na LUTA

Balanço de 2018 e organização para enfrentar os desafios que virão no governo novo governo

Em 2018 não houve descanso para as lutadoras e lutadores do Povo. Cientes dos desafios impostos pelo golpe de institucional do poder judiciário e da mídia à democracia, fomos às ruas defender os trabalhadores e os serviços públicos. Com muita pressão conseguimos que a reforma da Previdência fosse retirada da pauta no Congresso Nacional ainda no primeiro semestre. O medo da resposta das urnas fez deputados e senadores adiarem o debate. No Ceará, a não reeleição dos golpistas como os deputados Danilo Forte e Gorete Pereira, e do Senador Eunício Oliveira, mostraram que o povo está cansado da velha política.

Entretanto, no segundo semestre, a guerra mostrou-se mais árdua e desigual. Os golpistas seguiram com seu projeto de criminalização das lutas sociais e impediram a candidatura do ex-presidente Lula, o único apontado nas pesquisas como capaz de vencer as eleições ainda no primeiro turno. Mas cheios de esperança, os movimentos sociais continuaram a fazer o trabalho de base, mostrando à população os perigos de uma ascensão ultraliberal ao governo. A ida de Fernando Haddad para o segundo turno foi resultado desse processo.

Em seguida, novamente o capital mostrou sua força, dessa vez utilizando-se da contratação de empresas de marketing digital para espalhar notícias falsas em redes sociais e grupos de whatsapp, contra Haddad e fortalecer a imagem messiânica de Jair Bolsonaro.

O país se dividiu, com um alto índice de votos brancos e nulos, uma votação expressiva nas regiões sul, sudeste e centro-oeste - as mais ricas do país, Bolsonaro foi eleito.

> **"O futuro pode até ser incerto, mas a nossa disposição de lutar com, e pelo, povo alimenta a certeza de que estamos do lado certo da história."**

Mostrando que seu governo será uma continuidade de Temer, o presidente eleito que ainda nem assumiu, já está tocando o terror em cima dos trabalhadores e servidores públicos. Anunciou o fim de ministérios e fusão de outros, a perseguição dos movimentos sindical e popular e a venda das estatais. Indicou protagonistas do golpe, militares e signatários de Temer para chefiar as principais pastas do governo federal. Em suas relações internacionais, declarou fechar as portas para a América Latina e ampliar as relações com o imperialismo dos EUA de Donald Trump.

Sem falar, nos já escândalos de corrupção, envolvendo seu futuro ministro da Casa Civil e chefe do governo de transição, Onix Lorenzoni. Assim como, a futura primeira dama Michele Bolsonaro, o seu motorista e o filho do presidente, o senador eleito pelo RJ, Flávio Bolsonaro. De messias e salvador da família, o próximo presidente tem mostrado mesmo é que subestima a inteligência das brasileiras e brasileiros que votaram nele.

Mas nós não! No começo de dezembro, o IBGE divulgou que o número de pessoas em situação de pobreza aumentou 12,6 % no último ano. Efeitos da reforma trabalhista e dos cortes de Temer nos serviços públicos e programas sociais. Com Bolsonaro, esse número crescerá ainda mais rápido.

Precisamos nos preparar e chegar junto dessa massa carente e ganhar o seu apoio. pois, a nossa primeira batalha de 2019 será barrar a reforma da Previdência. A nova proposta promete ser ainda pior que a de Temer. Para servidores, já é público o desejo de acabar com a paridade e a integralidade, por exemplo.

O Sintsef Ceará está se organizando para isso. A realização das eleições sindicais mostram que seguimos cheios de esperança e convicção. O futuro pode até ser incerto, mas a nossa disposição de lutar com, e pelo, povo alimenta a certeza de que estamos do lado certo da história.

Foto legenda

Foto: Hibis Ribeiro

Com a mão esquerda empunhada, os membros da Comissão Organizadora do 12º Congresso do Sintsef/CE reafirmam a unidade na luta em defesa dos servidores e do serviço público.

O medo da mudança na estrutura e a luta pela reestruturação do Plano de Cargos

O Sintsef/CE segue acompanhando a luta dos servidores do Incra que após as eleições seguem sobre o temor da mudança na estrutura do órgão. O governo do presidente eleito Jair Bolsonaro já demonstra descaso com a pauta da reforma agrária e o apoio a latifundiários, criminalizando as lutas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e os direitos das populações quilombolas e indígenas. Mesmo com futuro incerto, servidores seguem em luta pela reestruturação das carreiras e do órgão.

Nos últimos 3 anos, a pauta da reformulação do Plano de Carreiras tem mobilizados diversos debates, assembleias e paralisações entre os servidores. O Sintsef tem atuado a partir das discussões feitas na CONDSEF em parceira com Assincra e a CNASI. No segundo semestre de 2018, as negociações com o governo federal melhoraram, a formação de uma Frente Parlamentar possibilitou uma atuação junto ao Congresso Nacional. O grupo tem incidido na Comissão Mista de Orçamento (CMO) e espera-se que sejam destinados recursos financeiros para a viabilização da reestruturação do plano de carreiras do INCRA.

O Sintsef reconhece que foi a pressão dos servidores do Incra responsável por abrir uma janela de negociação com o conjunto do Governo. Mas, diante da diretriz ultraliberal do próximo presidente, permanece a incerteza se as articulações prosperarão. Seguimos acompanhando!

Receita completa 50 anos com homenagens a servidores e entidades sindicais

Em novembro de 2018, a Receita Federal completou 50 anos de serviços prestados ao país. Aconteceram comemorações em todos os estados. No Ceará, na solenidade no dia 20 de novembro, junto com outras entidades sindicais, o Sintsef foi homenageado por representar os servidores administrativos do órgão. Nas falas durante o evento, destacou-se a importância da Receita e como os servidores acompanharam as mudanças tecnológicas vividas no processo de arrecadação. Também foi marcante a preocupação com o déficit de profissionais diante da crescente demanda de trabalho.

Recentemente, a Coordenação de Gestão de Pessoas da Receita Federal (CGPRF) divulgou um estudo mostrando a necessidade de contratar quase 22 mil novos servidores. Com a previsão de aposentadoria de mais de 600 trabalhadores até o fim de 2018, a carência deve ficar ainda maior. Os últimos concursos para o órgão aconteceram em 2014 (auditores fiscais) e 2012 (demais cargos). Portanto, segundo a CGPRF há um déficit de 10 mil funcionários na Receita Federal.

No ano passado, a Receita solicitou concurso para o preenchimento de 5.000. Mas, o Ministério do Planejamento não atendeu o pedido. Com a vigência da golpista Emenda Constitucional 95/16, que congela os gastos públicos por 20 anos, imagina-se que nada deve acontecer.

A RFB é responsável pela administração dos tributos da União, inclusive os previdenciários, e os incidentes sobre o comércio exterior. Ela atua no combate e prevenção à crimes de sonegação fiscal, contrabando, descaminho, pirataria, fraude comercial, tráfico de drogas e de animais em extinção e outros relacionados ao comércio internacional. O enfraquecimento nesses controles põe em risco a segurança do país.

Secretaria **Especial de Saúde Indígena**

Servidores denunciam as más condições de trabalho na saúde indígena

A SESAI/MS, criada no governo Lula em 2010, assumiu a assistência integral dos povos indígenas junto ao SUS, no lugar da FUNASA. A mudança foi uma importante conquista dos indígenas junto ao governo Lula. Entretanto, o órgão sempre enfrentou problemas de estrutura e a situação tem se agravado nos últimos anos. Os servidores denunciam que os locais de trabalho encontram-se em péssimas condições e os trabalhadores das atividades fins, são terceirizados, contratados por meio de convênios através de ONG'S. A maioria das Unidades de Saúde pertencem aos municípios e não ao órgão federal, faltam ambulâncias e veículos apropriados para o transporte de medicamentos e outros insumos.

Em 2010, o governo prometeu a criação de uma gratificação específica para os servidores da saúde indígena. A proposta foi apresentada pela CONDSEF e protocolada no MPOG e seguindo para a casa civil, no entanto, os trabalhadores nunca foram atendidos.

Como o presidente eleito já demonstrou não ter interesse nos serviços de assistência à população, o medo agora é de extinção da Sesai. Bolsonaro já afirmou que indígenas não deveriam ter políticas diferenciadas do restante da população. Uma prova de negação da importância cultural dos povos indígenas, dos desafios históricos que enfrentam na construção da sua cidadania, da expropriação de seus territórios por latifundiários e da contribuição que realizam na preservação dos recursos ambientais do país.

TAEs denunciam perseguições e os desafios de se trabalhar na Unilab

Muita gente não sabe, mas o Sintsef também tem filiadas e filiados na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, a Unilab. Criada em 20 de julho de 2010, e instalada em 25 de maio de 2011 pelo então presidente Lula, representa um projeto de cooperação Sul-Sul em educação e produção de conhecimento. Por ser uma universidade nova, os servidores enfrentam muitos desafios na estruturação e consolidação da autarquia. Ainda mais depois dos cortes de recursos de Temer, das perseguições a docentes e das ameaças de privatização do ensino de Bolsonaro.

Em visita aos municípios de Redenção e Acarape, a Direção colegiada do Sintsef pode conversar com os Técnicos Administrativos Educacionais (TAE) que relataram casos de abusos de poder e remoções ilegais por parte de gestores. O que revela a necessidade de se construir processos mais transparentes de administração. A conquista de uma Pró-reitoria de Gestão de Pessoas seria importante nesse processo. Aproximadamente 78% das universidades brasileiras já possuem essa Pró-reitoria.

Outra reivindicação dos servidores está relacionada à organização do registro de ponto e das jornadas de trabalho. No Ceará, a maioria dos servidores mora em Fortaleza, por causa do trânsito, demora muito para chegar e pela falta de segurança na estrada, precisa sair cedo da Universidade. Além dos ajustes nos horários, uma solução para essa questão seria a disponibilização de transportes exclusivos para os servidores.

em pauta

12º Congresso do Sintsef reafirma compromisso com a luta por direitos e em defesa do serviço público

Realizado entre o primeiro e o segundo turno das eleições, o momento promoveu uma importante reflexão sobre a tarefa que a luta sindical ocupará no próximo período.

Mais de 500 delegadas e delegados marcaram presença no Hotel Parque das Fontes, em Beberibe, nos dias 18 a 21 de outubro. O grupo discutiu o contexto de criminalização dos movimentos sociais, o crescimento da pobreza, o desmonte dos serviços públicos, as privatizações das estatais e o que fazer para resistir às ofensivas ultraliberais dos grupos que estão ascendendo na política brasileira. Entre as resoluções da plenária final, foi aprovado o apoio a então candidatura de Fernando Haddad para presidente, pois já se previa que Bolsonaro seria a continuidade de Temer e das diretrizes do golpe à democracia.

Nomes nacionais estiveram nas mesas de debates, como Clemente Ganz Lúcio do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) que falou sobre a reestruturação produtiva na atual fase do capitalismo. Clemente alertou aos dirigentes sindicais sobre como as mudanças no mundo do trabalho estão ameaçando a existência dos sindicatos.

Para dar mais transparência e possibilitar que todos os filiados tivessem acesso aos debates do Congresso, umas das novidades apresentadas nesta edição foi a cobertura ao vivo via Facebook pela página do @SINTSEFCE. As transmissões tiveram uma média de 300 visualizações por vídeo, com muitas curtidas e compartilhamentos em todas as postagens. A boa repercussão mostrou o crescimento do número de servidores acessando as mídias do sindicato.

No dia 20 de outubro, a programação contou com uma Assembleia Estatutária que promoveu mudanças necessárias para melhorar a atuação do Sintsef na luta sindical. Confira no quadro as principais alterações.

Para Adriano Duarte, da coordenação geral do Sintsef, o 12° Congresso pode ser considerado um dos melhores já realizados pelo Sindicato, pois foi muito participativo, com poucas divergências políticas. "Os próximos anos serão de muitos desafios e o Congresso apontou a importância da unidade no enfrentamento às pressões que empresários e o capital internacional fazem sobre o governo. Será pior no governo de Jair Bolsonaro, já que são grandes aliados na retirada de direitos dos trabalhadores e no desmonte do serviço público," afirmou Adriano.

Foto: Hibis Ribeiro

Mesa de Conjuntura com a participação de Júlio Turra (CUT), Clemente Ganz Lúcio (Dieese) e Hélder Molina (prof. UERJ e consultor sindical)

Foto: Paulo Holanda

Abertura do Congresso

Foto: Hibis Ribeiro

Trabalho de grupo

Foto: Paulo Holanda

Momentos de descontração

Foto: Hibis Ribeiro

Equipe de apoio

Foto: Hibis Ribeiro

Mulheres presentes no 12º Congresso do Sintsef/CE

Foto: Hibis Ribeiro

Delegacção de Fortaleza e região metropolitana

Estatuto do Sintsef Ceará

Confira o que mudou com a aprovação dos mais de 500 filiados e filiadas presentes na Plenária.

- O regimento eleitoral foi inserido no Estatuto. Com essa medida não será necessário convocar outra assembleia para discutir a questão, o que seria mais oneroso e demandaria nova mobilização.
- A criação da Coordenação de Empresas Públicas com 2 coordenadores.
- A criação da Coordenação de Movimentos Sociais com 2 coordenadores.
- A categoria autorizou o sindicato a fazer convênios com planos de saúde desde que seja sem ônus para a entidade;
- O mandato para a gestão do Sindicato foi estendido de 3 para 4 anos, a partir da próxima gestão.

Em janeiro o Estatuto estará disponível em nosso site e todos poderão conhecer a íntegra do documento.

Leia mais em www.sintsefceara.org.br - Curta no facebook/SINTSEFCE

Especial!

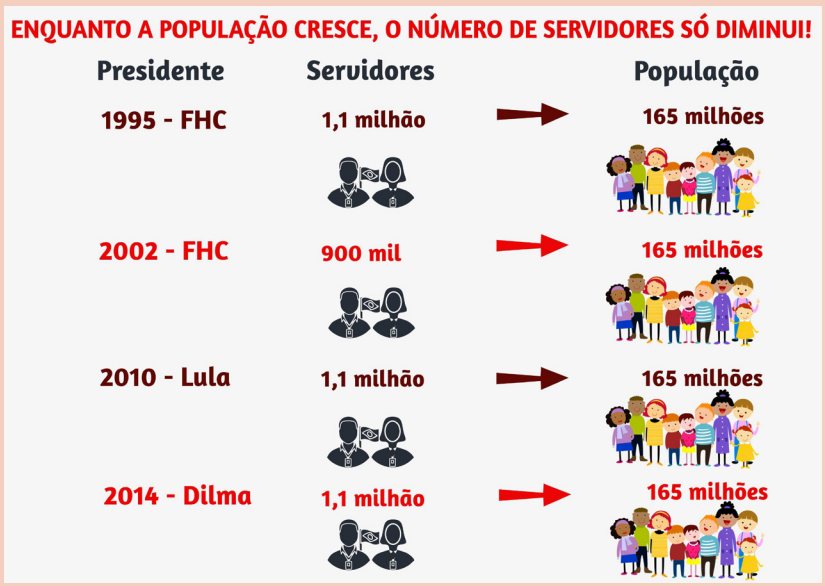
Falta de investimentos no serviço público deve criar caos no atendimento a população

Sem a revogação da Emenda Constitucional (EC) 95/16, para realizar consursos, será impossível manter os serviços de assistência a saúde e educação entre outros.

Há tempos que o Sintsef e a Condsef denunciam a falta de concursos públicos e o envelhecimento das categorias de servidores públicos federais. Dados do Ministério do Planejamento apontam que em 3 anos o número de trabalhadores federais deve cair pela metade, enquanto a população do país só crescerá.

Alheio ao problema, o futuro presidente Jair Bolsonaro deve contar com a terceirização irrestrita aprovada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para ocupar postos de trabalhos públicos. Mas, a precarização desse trabalhador, a rotatividade nos empregos e a pressão política de gestores atuaram para também não garantir uma boa execução dos serviços nos próximos anos.

A situação se agrava com a manutenção da EC 95/16 que congela os investimentos públicos por 20 anos. "O discurso dos governos e da mídia é que o serviço público traz prejuízos para os cofres brasileiros. Na verdade, investimentos em saúde, educação, segurança e moradia trariam menos adoecimentos a população. O que faria o governo gastar menos com o atendimento," afirmou Roberto Luque, da coordenação geral do Sintsef.



Em 2015, havia uma previsão de mais 60 mil vagas a serem preenchidas por concurso público. Entretanto, o impeachment e o golpe na democracia brasileira, impediram que tal meta se concretizasse. Desde 2016, até hoje, o investimento no serviço público foi cortado do orçamento e a população segue ultrapassando os 209 milhões de habitantes, sem alteração na quantidade de servidores. Segundo o Ministério do Planejamento, a previsão é que se chegue a 2021 com apenas 324.540 servidores federais.

Junto a este cenário, também preocupa o crescimento da miséria e violência, o fim de políticas como programas de vacinação e distribuição de remédios, entre outras. Somadas as promessas de venda do patrimônio público já anunciadas pelo presidente Jair Bolsonaro, fica a pergunta: Sem patrimônio público, com o desmonte dos serviços e ampliando a desigualdade e a pobreza, como Bolsonaro pretende sustentar o Brasil?

No Ceará - Confira tabela!

Servidores Públicos Federais no Ceará[1]	Ativos	Aposentados	Instituidor de pensão	Total
Idade Média	46	73	68[2]	59
Quant. dos servidores	masc 9.839 fem 7.897 total 17.736	masc 7.154 femin 6.667 total 13.821	masc 8.561 fem 674 total 9.235	masc 25.554 fem 15.238 total 40.792

Fonte: SIAPE 2016 - [1]Inclui administração direta, fundações e autarquias (inclusive contratos temporários). [2]Idade média quando do falecimento do servidor

em pauta

Sintsef se prepara para escolher a direção que enfrentará o novo governo

As eleições sindicais serão nos dias 4 e 5 de fevereiro, a nova diretoria tomará posse em 13 de março de 2019

No início de 2019, as filiadas e os filiados do Sintsef Ceará devem ir às urnas para escolher a próxima gestão do Sindicato. A novidade para este pleito, será o aumento do mandato de 3 para 4 anos, aprovado na última assembleia estatutária realizada em 20 de outubro de 2018, durante o 12º Congresso do Sintsef. A nova gestão, 2019/2023, terá o desafio de enfrentar a extinção e/ou fusões de órgãos e superintendências no Ceará, o crescente número de aposentadorias no estado e todo desmonte dos serviços públicos que devem ser encabeçados pela presidência de Jair Bolsonaro.

O processo eleitoral também foi deflagrado na assembleia de 20 de outubro, com a aprovação do Regimento Eleitoral e a instituição da Comissão Eleitoral formada pelos filiados: Afonso Celso Gadelha Guerra, Cleire Maria Lobo de Mesquita, Francisco Bonavides de Souza, José Hibiss Farias Ribeiro, Luziana Emidio Laureano, Manoel Pereira de Queiroz Filho, Maria Aguinilda Nogueira Carlos, Maria Ferreira de Brito, Rogério Pinheiro de Lima.

Na assembleia, a ampla maioria referendou a realização, antes das eleições, da Convenção Cutista, na qual será eleita uma chapa no campo da CUT, obedecendo e respeitando o princípio da proporcionalidade direta e qualificada. **A Convenção acontecerá no dia 12 de janeiro de 2019.** O prazo para **inscrições de chapa será entre os dias 14 e 18 de janeiro de 2019.**

Poderão votar aqueles que se filiarem até a data da publicação do Edital das eleições. Poderão ser votados aqueles que se filiaram até seis meses antes ao início da votação. Os filiados inadimplentes perderão o direito de votar e ser votado para qualquer cargo do Sindicato até a quitação do débito.

Campanha e votação

As **eleições acontecerão nos dias 4 e 5 de fevereiro de 2019.** Até lá, assim como prevê o estatuto do Sintsef, as chapas concorrentes poderão indicar um representante para utilizar telefone e computador com internet do Sindicato durante a campanha. Elas também terão direito a impressão de um boletim, em formato A4, com 4 páginas para divulgar suas propostas e plataforma de gestão.

Serão instaladas urnas fixas na sede do Sintsef, nas Delegacias Sindicais e nos locais de trabalho, quando o número de filiados aptos a votar for igual ou superior a 30 eleitores. Nos locais de votação com o número de eleitores inferiores a 30, a coleta dos votos ocorrerá através de urnas itinerantes. A apuração será na sede do Sintsef e terá início assim que todas as urnas estiveram no sindicato.

Foto: Adélia Farias

Assembleia Estatutária, realizada no dia 20 de outubro de 2018, durante o 12º Congresso do Sintsef.

sindical

Servidores afirmam que vão resistir à extinção do Ministério do Trabalho

Foto: Adélia Farias

Ato em defesa do Ministério do Trabalho em Fortaleza no dia 22 de novembro.

Entre as primeiras medidas anunciadas pelo presidente eleito Jair Bolsonaro, a extinção do Ministério do Trabalho gerou apreensão nos servidores dos órgãos e na população. Depois Bolsonaro voltou atrás, mas no ínicio de dezembro, reafirmou que irá mesmo extinguir o órgão. O seu o futuro ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (recém acusado por crime de Caixa 2) anunciou que atribuições da pasta serão dividas em três ministérios: Justiça e Segurança Pública (Sérgio Moro que será responsável pela cartas sindicais, por exemplo); Economia (Paulo Guedes) e Cidadania (Osmar Terra, responsável pelo FGTS).

Confusos com as idas e vindas do novo presidente, os servidores do MTb têm se mantido em constante mobilização. Com o apoio da CUT, das demais centrais e dos movimentos populares realizaram atos nos dias 22 e 26 de novembro. No Ceará, o Sintsef participou de reuniões convocadas pelos servidores na sede da Rua 24 de maio (Fortaleza), também apoiou a confecção de materiais educativos e de agitação e fortaleceu a realização dos atos no estado.

No dia (26/11) em que o MTb completou 88 anos, os servidores do Ceará divulgaram uma Carta Manifesto reafirmando a importância do órgão e questionando um possível abandono dos programas e políticas que desenvolvem. O documento que está disponível na página do Sintsef. Para Maira Santos, servidora da SRT/CE, a extinção faz parte de um plano bem maior: "Tem haver com a reforma trabalhista e com limitar a atuação dos sindicatos, destruir os 88 anos de história dos trabalhadores e de seus direitos. Perguntamos quem vai fiscalizar o cumprimento das medidas de segurança no trabalho? E o trabalho infantil? E o escravo? Querem mesmo é enfraquecer a atuação dos auditores fiscais e a própria mediação da relação entre capital e trabalho, em favor dos patrões."

Última hora!

Conab: Vitória com o ACT 2017/2019, mas temor diante do futuro da Empresa Pública

Após um extenso e árduo processo de negociação, no dia 24 de novembro foi assinado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2017/2019 dos empregados da Conab. A luta e unidade dos trabalhadores em torno das propostas foi essencial para a garantia de um acordo com avanços importantes.

O foco da luta dos trabalhadores públicos agora é no futuro da Empresa diante do projeto de desmonte e privatização de estatais de Jair Bolsonaro. Há ameaças de fechamento de 12 superintendências da Conab em todo o Brasil. No nordeste, anunciaram que restarão apenas 2. Os trabalhadores temem ser demitidos e estão mobilizados na luta em defesa da Companhia. A Conab tem um papel fundamental na execução das políticas agrícola e de abastecimento que apoiam produtores rurais em todo o país.

100% da Gratificação de Desempenho para aposentados e pensionistas em janeiro 2019

A luta sindical tem sido difícil nos últimos tempos, por isso é preciso comemorar cada vitória para alimentar a nossa convicção na luta sindical. Em janeiro de 2019, a última parcela das Gratificações de Desempenho será incorporada aos proventos de aposentados e pensionistas. A partir daí estará garantido 100% da gratificação. A conquista fruto da greve de 2015 e dos sete meses de negociação para o fechamento do acordo. Uma vitória histórica do Sintsef/CE, junto com a Condsef e todos servidores públicos federais.

Antes da aprovação do acordo, as regras existentes permitiam que servidores levassem para a aposentadoria até 50% de gratificação. A partir de agora, mediante assinatura de Termo de Opção do servidor, é possível incorporar a GD de forma integral. A incorporação se deu ao longo de 3 anos, com início em 2017, quando foi pago 67%, seguido de 17% em 2018 e os últimos 16% em 2019. Para trabalhadores do Ministério da Saúde que recebem a Gacen, também a incorporarão de forma integral em janeiro. Um acréscimo de RS 932,00 aos proventos.

Sintsef/CE conquista redução de carga horária para pai de criança autista

João Baía Xavier Filho, Técnico de Farmácia na Ebserh, conquistou o direito na justiça, sem redução na remuneração.

Quando o assunto é a integridade e segurança das crianças e adolescentes, as legislações são claras sobre qual deve ser a prioridade. Infelizmente, para que sejam cumpridas, muitas vezes é preciso recorrer à Justiça. Assim aconteceu com João Baía Xavier, que procurou o Sintsef para conquistar o direito de estar mais tempo com sua filha de 11 anos, Lohana, que foi diagnosticada com Transtorno de Espectro de Autismo (TEA) e necessita de cuidados especiais.

Lohana é muito esperta e faz a alegria da família. Mas sua condição inspira muitos cuidados, pois toma medicamentos diariamente e faz acompanhamentos com psicólogo e psiquiatra. Seu pai, aprovado em concurso público, trabalha na Ebserh desde o dia 3 de novembro de 2015, como técnico de farmácia, cuja a carga horária prevista são de 40 horas semanais.

Entretanto, João Baía divide com a esposa, os cuidados de sua filha. Passar tanto tempo fora de casa, já estava prejudicando o tratamento da menina e a expondo a riscos e maus tratos de terceiros. Para que Baía pudesse estar mais presente junto a sua filha, as advogadas do Sintsef entraram com ação na Justiça do Trabalho para reduzir a carga horária do empregado público, sem que houvesse cortes em sua remuneração.

Com pedido de urgência, o processo correu em três meses. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Estatuto da Pessoa Com Deficiência, na Consolidação das Leis do Trabalho e na lei que institui o Regime Jurídico Único, o Juiz Sinézio Bernardo de Oliveira deferiu a solicitação no dia 8 de novembro. Agora, João Baía está trabalhando 28 horas semanais e segue cuidando da pequena Lohana.

Ilustração: Snezhana Soosh, em paimoderno.com

Fala jurista!

A cada edição, nossa assessoria jurídica comenta leis e ações importantes para a garantia dos seus direitos.

FIQUE DE OLHO NA SUA APOSENTADORIA! CONFIRA O QUÊ É PRECISO SABER?

Saiba quais as leis de amparo, requisitos e alertas para o servidor que deseja se aposentar

REQUISITOS

Regras gerais:
• Ter 35 anos **(homens)** e 30 anos **(mulheres)** de contribuição;
• Ter 10 anos de serviço público;
• Ter 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria;
• Ter 60 anos **(homens)** e 55 **(mulheres)** de idade.
Regras de Transição - 95 (homens) e 85 (mulheres):
• Ter 35 anos **(homens)** e 30 anos **(mulheres)** de contribuição;
• 15 anos de serviço;
• 10 anos no cargo.

FÉRIAS INTEGRAIS E PROPORCIONAIS NÃO GOZADAS

A Administração Pública não está efetuando o pagamento das férias integrais e proporcionais que os servidores têm direito, nos termos do art. 13 da Orientação Normativa de nº. 02/2011.
Para verificarmos se houve o pagamento das férias ao se aposentar, o servidor deve comparecer ao Sintsef portando:
• programação anual de férias;
• fichas financeiras dos últimos 05(cinco) anos.
Caso o direito não tenha sido concedido, o jurídico do Sintsef/CE pode ingressar com ação nos Juizados Especiais Federais visando o pagamento das férias não usufruídas quando em atividade.

GRATIFICAÇÕES DE DESEMPENHO

No momento de requerer a aposentadoria, é preciso assinar o Termo de Opção para Incorporação das Gratificações de Desempenho e o Termo de Opção para incorporação da GACEN (documentos separados).
• **Para aposentados em 2018:** será concedido o valor de 87% das gratificações, fechando o total de até 100% em 2019
• **Para aposentados em 2019:** já será concedido o percentual de até 100%
Obs: Também estendido a pensionistas, obedecendo o mesmo critério.

LEIS QUE AMPARAM A APOSENTADORIA

• **Artigo 3º da EC 47/2005 - regra de ouro:** garante a paridade e integralidade para aqueles que se aposentem pela regra dos 95 (homens) e 85 (mulheres), inclusive para pensionistas.
• **Artigos 6º e 7º da EC 41/2003 e artigo 2º da EC 47/2005** para quem ingressou antes de 19/12/2003 e nesta data ainda não preenchia os requisitos.
• **Artigo 6º-A da EC 41/2003** para aposentados por invalidez.
• **Artigos 3º e 7º da EC 41/2003** para quem ingressou antes do dia 19/12/2003 e nesta data já preenchia os requisitos.

BENEFÍCIOS QUE NÃO ENTRAM NA APOSENTADORIA

A transição para a condição de aposentado traz consigo algumas perdas de valores que devem ser previamente informados ao servidor, tais como:
• Auxílio transporte;
• Auxílio alimentação;
• Adicional de Insalubridade;
• Parcela do Abono de Permanência (para aqueles beneficiados)
Obs: Só contribuirá para a previdência o aposentado que recebe acima do teto (R$ 5.645,00).

LICENÇA PRÊMIO

• **Antes da aposentadoria:** poderá requerer *contagem em dobro* da Licença ainda não utilizada, que será averbada à ficha funcional para concessão de aposentadoria ou abono de permanência.
•**Depois da aposentadoria:** poderá requerer judicialmente a *conversão em pecúnia (dinheiro)* da Licença não utilizada. Para isso, o servidor **NÃO** deve marcar a opção do **Pedido de Aposentadoria** que representa o desejo de contagem em dobro da Licença Prêmio.
O Sintsef recomenda que os servidores com tempo de serviço, não utilizem a contagem da Licença Prêmio e após a aposentadoria entrem com ação pelo sindicato, no Juizado Especial Federal, para receber em pecúnia (dinheiro).

Mais de 6,7 milhões pagos em RPVs no ano de 2018

Durante o ano de 2018, a dedicação do Sintsef com as trabalhadoras e trabalhadores do serviço público federal no Ceará pode ser observada nos mais de **6,7 milhões de reais pagos por meio de RPVs**, como mostra a tabela ao lado.

Confira os números frutos da competencia da assessoria jurídica do Sintsef/Ce.

Veja a quantidade de pessoas e os valores por órgão que receberam RPVs e precatórios.

ÓRGÃO	PESSOAS	TOTAL(R$)
ANVISA	7	11.689,89
CMD DA AERONAUTICA	5	65.145,57
CMD DA MARINHA	8	30.317,45
CMD DO EXERCITO	8	99.480,94
DNIT	2	34.805,99
DNOCS	9	94.048,65
FUNASA	406	980.250,00
IBAMA	4	31.340,56
IFCE	28	154.903,56
IFCE DO CRATO	14	76.122,06
INCRA	2	79.203,36
INSS	4	41.000,39
MIN. DA AGRICULTURA	1	2.991,69
MIN. DA FAZENDA	17	110.803,49
MIN. DA MARINHA	1	16.707,15
MIN. DA PREVIDENCIA SOCIAL	1	18.260,20
MIN. DA SAÚDE	564	1.212.555,19
MIN. DAS COMUNICAÇÕES	12	141.147,98
MIN. DAS MINAS E ENERGIA	3	27.549,58
MIN. DO PLANEJAMENTO	4	47.278,61
MIN. DO TRABALHO	21	25.606,83
MIN. DOS TRANSPORTES	199	3.427.139,53
POLICIA FEDERAL	1	4.037,53
UFC	7	26.749,16
Totais	**1328**	**6.759.135,36**

"O movimento sindical está desafiado a se colocar como sujeito coletivo inovador"

Clemente Ganz Lúcio, Diretor técnico do DIEESE, comenta em artigo de opinião sobre os futuros desafios dos movimentos sindicais diante do governo de Jair Bolsonaro, que iniciará no ano de 2019.

Foto: Hibis Ribeiro

As transformações tecnológicas e na propriedade das empresas estão mudando o sistema produtivo. O estado e as políticas públicas também fazem parte da grande transformação em curso no mundo e no Brasil. A reforma trabalhista e a terceirização são instrumentos poderosos para promover mudanças no mundo do trabalho. O grande desafio é olhar para as próximas décadas e disputar o rumo que tomará a economia, a organização da sociedade, o Estado e o trabalho do futuro.

Portanto, o movimento sindical está desafiado a se colocar como sujeito coletivo inovador nesse processo de profundas transformações, construindo uma organização da classe trabalhadora que seja capaz de promover movimentos de luta, resistência e criação de novos direitos e de formas inovadoras de proteção laboral e social.

Novas formas de organização e de representação que consigam produzir capacidade de luta e de inovação política e social diante da inovação tecnológica que trará impactos profundos e extensos no setor privado e público, afetando todos os postos de trabalho e o que conhecemos hoje por profissões.

Os jovens serão aqueles que construirão com o seu trabalho esse novo mundo e, por isso mesmo, devem ser os principais sujeitos mobilizados para promover o novo sindicalismo nesse novo tempo. Eles devem produzir uma nova agenda, construir nova pauta sindical e elaborar novas estratégias de luta e negociação.

A organização sindical deverá considerar a heterogeneidade ocupacional no mundo do trabalho com a ampliação dos empregos no serviços, com a informalidade laboral estrutural, com empregos precários e inseguros. Nesse contexto, o local de moradia é base de organização, assim como uma agenda da proteção e de direitos universais fazem parte central da estratégia de luta.

A estrutura em termos de direções, patrimônios, equipes e profissionais, bem como o financiamento, devem ser reorganizados para que sejam instrumentos de transformações para aumentar a capacidade de luta dos trabalhadores.

Por fim, será fundamental investir em formação sindical para a qualificação de dirigentes, ativistas e militantes, organizando grupos que desenvolvam competência para compreender a realidade e criar novas formas de organização e luta.

Os desafios são muitos e diversos. Não cabem voluntarismos e, muito menos, amadorismo. A luta requer inteligência, visão estratégica e muita capacidade de construir unidade.

Estado mínimo? Para quem?

Últimas em foto!

Foto: Camila Garcia

No dia 7 de dezembro, o Coletivo de Mulheres realizou sua última reunião do ano, ireito a um balan ço de 2018 e confraternização natalina.

Despedidas

É com pesar e solidariedade aos que lembramos daqueles que nos deixaram em vida, mas seguem presentes em nossas memorias.

Roberto Garcia
Min. da Fazenda
+ 24/01/1950
- 28/04/2018
Roberto, Presente!

Luiza Helena de Vasconcelos
Min. da Fazenda
+ 12/03/1959
- 29/11/2018
Luiza, Presente!

Francisco da Silva Moreira
Funasa
+ 05/09/1939
- 27/11/2018
Moreira, Presente!

Notas Curtas

Ebserh

Já na batalha pelo próximo ACT, os empregados públicos da Ebserh prepararam a minuta da proposta durante a Plenária Nacional, realizada nos dias 7 e 8 de Dezembro.
Na ocasião, os trabalhadores também discutiram o Regimento Institucional da Mesa Nacional de Negociação Permanente - MNNP, o documento está disponível para donwload em nosso site.

Coletivo de Mulheres

Sempre na luta, o Coletivo de Mulheres do SINTSEF e as mulheres da Delegacia Sindical do Cariri participaram do I Encontro de Mulheres do Ceará realizado entre os dias 23 e 25 de novembro, no Crato.